



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES E PRÁTICA AVALIATIVA NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Natalia de Pontes Leite Monte (1); Kilma da Silva Lima Viana (1)

(1) *Faculdade Escritor Osman da Costa Lins (FACOL), PE / monteingles@hotmail.com*

(1) *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco / kilma.viana@vitoria.ifpe.edu.br*

O presente trabalho aborda as concepções e práticas avaliativas dos professores de Língua Inglesa das séries iniciais e as analisa através dos oito princípios da Avaliação da Experiência, que é um novo modelo de avaliação proposto por VIANA (2014) e que vem reconstruindo paradigmas acerca da Avaliação da Aprendizagem. A pesquisa tem cunho qualitativo e foi realizada nas principais escolas da Rede Privada de Ensino no município de Vitória de Santo Antão através de uma entrevista semiestruturada com professores que lecionam Língua Inglesa nas séries iniciais. Seu objetivo foi analisar os aspectos que caracterizam a prática avaliativa dos professores a partir suas concepções sobre Avaliação da aprendizagem. Os resultados mostraram que apesar de 50% dos professores avaliados apresentarem ainda concepções muito voltadas a uma perspectiva mais tradicional, a maioria possui uma grande abertura à reconstrução de novos conceitos acerca de suas práticas. Dessa forma, ressaltamos a necessidade de uma melhor formação de professores a fim de contribuir a cada dia para uma avaliação mais inovadora e justa.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem, Ensino de Língua Inglesa, Prática avaliativa, Avaliação da Experiência.

Introdução

No cenário atual que a Educação se encontra, discutir metodologias e práticas dos processos avaliativos é instigar à quebra de antigos paradigmas para então incentivar a busca de novos conceitos e definições. A todo o momento e em todos os lugares, a avaliação acontece de forma recorrente. Seja na escola, no trabalho, entre os amigos e familiares, as pessoas estão averiguando e julgando as outras de formas distintas. O ato de avaliar tornou-se algo tão comum que as pessoas já o fazem inconscientemente. No âmbito educacional não é diferente. Este ocorre a todo instante, sem que necessariamente haja um instrumento que o formalize.

De acordo com LUCKESI (2000) a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como recurso pedagógico capaz de auxiliar docentes e discentes na busca da construção do conhecimento de si mesmo e do modo de ser que julgar melhor. Ela não deve continuar sendo uma ferramenta de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ameaça e tirania a que todos se submetem. A avaliação deve servir de apoio para o estudante de forma a revisar e construir o conhecimento com base em seu ritmo de aprendizagem, e não ter um caráter unicamente classificatório e excludente. Segundo LUCKESI (2000):

O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a *disposição de acolher*. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhe-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer. (LUCKESI, 2000, p. 02).

Essas novas concepções acerca de avaliação dão vazão para uma compreensão muito mais ampla do ato de avaliar, onde o professor encontra-se responsável não só por tomar decisões a partir dos resultados que obtém de seus estudantes, mas principalmente avaliar seus estudantes com base no contexto em que se encontram, sem prejudicá-los ou condená-los.

Segundo SAUL (2008, p. 18) “Falar de avaliação é falar de gente, histórias, saberes, práticas e compromissos”, isto é, a avaliação deve ser concebida como um processo que relaciona a prática docente com a prática avaliativa, e não estar focada apenas em métodos, procedimentos e instrumentos, como é comumente compreendida. De acordo com SAUL (2008, p. 19), “a avaliação não é uma ação neutra, como muitos tentam fazê-la parecer”. Para que sejam tomadas medidas em relação aos métodos, procedimentos e instrumentos de avaliação, é necessário que estes estejam coerentes com a prática educativa, fazendo assim, com que a prática avaliativa esteja diretamente ligada à prática educativa. Para FREIRE (1989, p.47, apud SAUL, 2008, p. 19) poderíamos dizer que as relações entre a prática avaliativa e docente são “vitais”. Segundo FREIRE (1989):

O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la. A prática precisa de avaliação como os peixes precisam de água e a lavoura da chuva. [...] Não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência [...] (FREIRE, 1989, p.47, apud SAUL, 2008, p.20).

Esta perspectiva é denominada de Avaliação Emancipatória (SAUL, 2008), ou seja, uma avaliação que supera os “muros” da medição e classificação seguidos de métodos, procedimentos e instrumentos, e se compreende como um processo interligado com a prática docente que faz o estudante andar com as próprias pernas (SAUL, 2008).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para HOFFMANN (2002), a avaliação deve estar ligada à concepção de conhecimento, onde exija uma observação individual de cada estudante no momento do processo de construção do conhecimento. A avaliação não deve servir de punição ou ser ameaçadora, deve sim, ser uma mediação entre o estudante e o conhecimento. HOFFMANN (2002) defende a Avaliação Mediadora, onde o professor e o estudante são autores da prática avaliativa, porém, o professor, como parceiro mais experiente, tem o papel de facilitar esse processo servindo de mediador, e da mesma forma que isso acontece, a avaliação também tem seu papel mediador entre o estudante e a construção do conhecimento.

A prática avaliativa é analisada em todas as áreas de Ensino, inclusive, em Língua Inglesa, onde, muitas vezes, o professor faz uso da avaliação apenas para medir, analisar e classificar os conhecimentos dos estudantes. Relacionando essas concepções com o cenário que se encontra o Ensino de Língua Inglesa no país, ROCHA (2010) reflete sobre a função da avaliação da Língua Inglesa dentro de uma escola de idiomas e traz a avaliação processual juntamente com o processo de ensino-aprendizagem. Quando o processo é acompanhado e analisado, o professor de Língua Inglesa pode observar as carências e dificuldades dos alunos em desenvolver as quatro habilidades da comunicação em outro idioma: Comunicação Oral, Comunicação Auditiva, Leitura e Escrita.

A presente pesquisa teve como fundamentação teórica, as novas perspectivas propostas por VIANA (2014), onde ressalta que mesmo aqueles professores que apresentam uma visão mais ampla sobre educação, que faz uso de metodologias mais inovadoras, participativas e interativas e que concebe avaliação como um processo contínuo e ligado ao ensino, suas práticas avaliativas continuam “com fortes aspectos excludentes, com viés autoritário, com o intuito de classificar e comparar o rendimento dos estudantes” (VIANA, 2014, p.16).

Em sua tese de doutorado, VIANA (2014) baseia-se no **Alternativismo Construtivo** (KELLY, 1955), que afirma que cada ser “antecipa eventos” e concebe o mundo em geral a partir das experiências vividas anteriormente. E, ao fundamentar-se nas teorias de KELLY (1955), que considera a aprendizagem como uma experiência que acontece em cinco etapas, VIANA (2014) defende uma nova perspectiva de Avaliação, denominada Avaliação da Experiência, estruturada em



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

três pressupostos e oito princípios que relacionam novas concepções acerca de ensino-aprendizagem e avaliação.

O primeiro pressuposto é **A Avaliação como parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem**. Como já mencionado, essa perspectiva avaliativa rompe paradigmas inerentes aos modelos mais tradicionais, onde avaliação é tida como algo que destoa do processo de ensino e tem por objetivos medir e classificar o estudante sempre ao final das etapas. Para VIANA a avaliação “dá informações de como vem sendo desenvolvido tanto o ensino, quanto a aprendizagem” (VIANA, 2014, p.176).

O segundo pressuposto da Avaliação da Experiência é o **caráter mutável das concepções**. Ao considerar que “as concepções são mutáveis, passíveis de revisões” (p. 176), VIANA (2014) defende que a revisão é extremamente importante porque é através dela que o processo avaliativo deixa de ser “um momento de sofrimento, ou simples prestação de contas” (p. 176), e passa a ter um caráter construtivo que promove a aprendizagem de maneira mais significativa.

O terceiro pressuposto é **Avaliação como instrumento de transformação**, que transcende uma perspectiva estática da avaliação. A transformação citada poderá ocorrer com base nas cinco etapas do ciclo de construção da Avaliação da Experiência que está fundamentado no Ciclo da Experiência Kellyana (KELLY, 1955) que são: Antecipação, Investimento, Encontro, Confirmação ou Desconfirmação e Revisão Construtiva.

Na primeira etapa (Antecipação), o professor pode fazer uso de uma avaliação diagnóstica tanto para conhecer os conhecimentos prévios dos estudantes, tanto para antecipar quais assuntos deverão ser abordados na prática e quais estratégias pedagógicas poderão ser utilizadas com base nos construtos de seus estudantes. Na segunda etapa (Investimento), o professor “investe” no conteúdo através de debates, discussões e estudos no intuito de se prepararem para a etapa seguinte. Esta, por sua vez, é a etapa do Encontro, onde os conteúdos abordados são construídos de forma coletiva e os estudantes ao final terão a possibilidade de Confirmar ou Desconfirmar as hipóteses levantadas inicialmente enquanto participavam das etapas de Antecipação e Investimento. A etapa da Confirmação ou Desconfirmação é estruturada em instrumentos avaliativos os quais estudantes e professores possam avaliar todo o processo de construção do ensino-aprendizagem. E, finalmente, a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

quinta etapa do ciclo, é a Revisão Construtiva, onde os estudantes poderão refletir sobre mudanças de concepções ocorridas durante todo o processo. Dessa forma, na perspectiva da Avaliação da Experiência, os estudantes tem a oportunidade de desconstruírem, construir e/ou reconstruírem o conhecimento de forma única e a partir de suas vivências através da prática avaliativa, pois em todas as etapas o estudante está envolvido na avaliação.

Os princípios que norteiam a Avaliação da Experiência apresentam-se em oito: O primeiro, **Princípio da Negociação**, resulta em um diálogo entre o professor e o estudante de forma a decidirem juntos, qual o caminho a ser seguido no processo avaliativo. Para VIANA:

Essa negociação deve estar presente desde as decisões sobre quais os instrumentos deverão e poderão ser utilizados para avaliar um determinado aspecto do processo educativo, até os momentos em que devem ser utilizados, às formas de utilização e os seus encaminhamentos. (VIANA, 2014, p. 178)

Consideramos esse um dos principais aspectos desse novo modelo avaliativo, tendo em vista que é a partir dele que o estudante torna-se responsável também pelo seu próprio processo de ensino-aprendizagem através da avaliação. Ela ressalta ainda que a negociação deve ser mediada pelo professor, mas ele tem o dever de “assegurar a disponibilidade para a escuta dos argumentos dos estudantes” (VIANA, 2014, p. 179).

O segundo é o **Princípio do Acolhimento**, pois VIANA (2014) defende que para que haja uma negociação plena e livre de “conflitos” é extremamente importante que um acolha a opinião do outro, tornando assim o processo justo e saudável. Para ela, esse é o princípio que garante que as pessoas “de posições diferentes, divergentes, possam buscar o ponto de convergência, o consenso” (VIANA, 2014, p. 179), afinal, numa sala de aula existem seres com diferentes concepções, cotidianos e pré-conceitos acerca dos conteúdos, e cabe ao professor, fazer essa mediação de forma afetiva e acolhedora. Ressalta, ainda, que “essa perspectiva de avaliação tem, nesse princípio, o resgate da essência da avaliação, que é cuidar do processo de ensino e aprendizagem, sentar ao lado e acolher o outro” (VIANA, 2014, p. 180).

O terceiro, **Princípio da Confiança**, relaciona-se com os demais, pois para VIANA deve-se ir muito além do “ritual de barganha” que acontece no âmbito educativo onde “o professor ensina e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o estudante aprende, depois professor avalia e o estudante devolve para o professor o que ele ensinou” (VIANA, 2014, p. 180). Nessa nova proposta a afetividade reassume sua posição em lugar da animosidade e esse princípio “resgata o caráter humano da avaliação e tem como base as relações afetivas” (p. 180), superando, assim, o caráter ameaçador e tenso que o processo avaliativo exerce.

O quarto princípio é o **Princípio da Proatividade**. Para que os outros – negociação, acolhimento e confiança – ocorram, é necessária uma postura proativa de ambas as partes, pois sem ela esses acordos se prejudicam. Quando todos se dispõem a vivenciar o novo, partindo dessa proatividade, as práticas avaliativas deixam de ser estáticas e as tomadas de decisão tornam-se mais dinâmicas. “Os acordos realizados no início do processo, não precisam ser considerados intocáveis. Podem ser refeitos, rediscutidos, revisitados sempre que necessário” (VIANA, 2014, p.180).

Já o **Princípio Crítico-Reflexivo** visa transformar o papel de padronização, memorização e reprodução de conteúdo, que as práticas avaliativas assumem desde os primórdios. VIANA (2014), defendendo que avaliação e ensino fazem parte de um mesmo processo, ressalta que o estudante é um ser ativo no processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a ideia de provas tradicionais deve ser superada por avaliações que busquem a formação crítica do estudante.

Nessa reflexão, VIANA (2014) traz o **Princípio da Emancipação**, assumindo que a Avaliação da Experiência é “antes de tudo, político-social, pois busca formar indivíduos, além de críticos, reflexivos, também emancipados, autônomos. Por esse motivo, não dialoga com vertentes que entendem o processo educativo de subordinação, passividade e dependência” (182). Dessa forma, o professor deve prezar por estratégias avaliativas que instiguem o estudante a gerir o seu próprio processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, VIANA (2014) também defende o **Princípio do Compartilhamento**, que supera a proposta de interação, pressupondo uma perspectiva de colaboração, onde todos compartilham as responsabilidades e os sentimentos. Segundo VIANA (2014, p.182) “em momentos de negociação, de troca, de partilhamentos, é comum que ocorram crises, cansaços, desgastes e insatisfações” e é por esse motivo que a Avaliação da Experiência está fundamentada em princípios que resgatem esse caráter humano da avaliação.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O **Princípio Ético**, que “é pano de fundo de todas as relações estabelecidas na Avaliação da Experiência e é essencial nos momentos de negociação, decisões, reencaminhamentos e compartilhamentos de responsabilidades” (p. 183), define uma avaliação justa alicerçada em relações de confiança. De acordo com VIANA (2014):

Ser ético, no processo avaliativo, é decidir baseado em critérios claros e acordados. É utilizar os resultados da avaliação para auxiliar na formação e no crescimento dos estudantes. É considerar as diferenças, os ritmos e as formas de aprender de cada um e é, antes de tudo, considerar que todos têm direito de aprender (VIANA, 2014, p. 183).

Diante de tudo o que foi exposto, a Avaliação da Experiência traz uma nova perspectiva e condena veemente a prática avaliativa tradicional, que tem a única finalidade de medir e classificar os estudantes, que por sua vez, apresentam-se apenas como depósito de informações e reprodutivistas de conteúdos. A Avaliação da Experiência respeita a individualidade de cada um, busca o compartilhamento de responsabilidades e saberes, é ética, e tem como objetivo fazer do processo avaliativo uma prática mais justa e acolhedora.

É por acreditarmos nessas novas perspectivas que fizemos da Avaliação da Experiência a fundamentação teórica dessa pesquisa, e com base em todas essas discussões, inquieta-nos saber: Quais aspectos influenciam nas concepções e práticas avaliativas dos professores de Língua Inglesa das séries iniciais? E, no intuito de encontrar respostas para esse questionamento, nossa pesquisa teve como objetivo geral analisar os aspectos que caracterizam a prática avaliativa dos professores de Língua Inglesa a partir de suas concepções sobre Avaliação da aprendizagem. Para atingir esse objetivo procuramos (i) identificar as concepções que os professores de Língua Inglesa possuem acerca de Avaliação; (ii) identificar as características da prática avaliativa desses professores; e por fim, (iii) analisar as relações das práticas avaliativas dos professores com os princípios e pressupostos norteadores da Avaliação da Experiência proposta por VIANA (2014).

Essa inquietação surgiu a partir das vivências observadas em sala de aula, onde os estudantes de Língua Inglesa, mesmo sendo das séries iniciais, já apresentavam uma repulsa em relação ao processo avaliativo, muitas vezes demarcado por um, ou no máximo dois instrumentos de Avaliação. Além disso, ao comparar o ensino em curso de idiomas especializado em ensinar o estudante a se comunicar numa segunda Língua com o Ensino de Língua Estrangeiras em escolas de Educação básica, pode se observar a baixíssima qualidade de Ensino da segunda, que não atingem



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

seus objetivos mais simples como proporcionar ao estudante um entendimento geral do novo idioma e saber se comunicar de forma simples assegurada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Metodologia

Este artigo apresenta um estudo de caso etnográfico e teve como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada. Sua natureza é qualitativa e o campo realizado foi restrito às seis renomadas escolas da Rede Privada de Ensino do município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Os sujeitos da pesquisa foram todos os professores das escolas analisadas. O critério básico para a escolha dessas escolas foi selecionar àquelas que ofertavam o Ensino de Língua Inglesa nas séries iniciais, tendo em vista que esse componente curricular só é obrigatório a partir das séries finais do Ensino Fundamental (BRASIL, LDB, 1996, Art. 26, § 5º), foi por esse motivo que restringimos à Rede Privada, tendo em vista que as Escolas Públicas Municipais não possuem Línguas Estrangeiras na grade curricular das séries iniciais.

A entrevista semiestruturada realizada com os professores contemplava oito itens: (1) Durante sua formação inicial ou continuada você cursou alguma disciplina de Avaliação? (2) Qual o fundamento da sua prática avaliativa? (3) Em poucas palavras, defina Avaliação. (4) Qual a finalidade da Avaliação, em sua opinião? (5) De que maneira você avalia seus estudantes? (6) Como você utiliza os resultados da sua Avaliação? (7) Quais os instrumentos avaliativos mais utilizados em sua prática de ensino? (8) Quais os critérios você utiliza para a seleção dos instrumentos avaliativos?

Com base nos dados coletados, pudemos analisar criteriosamente as concepções e os aspectos que caracterizam a prática avaliativa dos professores de Língua Inglesa e fizemos uma relação com os princípios norteadores da Avaliação da Experiência.

Resultados e Discussão

Nesta pesquisa, seis professores foram entrevistados, ao qual chamaremos de professores A, B, C, D, E e F. Destes, quatro cursaram a disciplina de Avaliação, professores B, D, E e F, durante a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

formação inicial ou continuada e as duas que não cursaram, A e C, reproduzem a forma como foram avaliadas durante sua experiência enquanto estudantes, baseando sua prática avaliativa em seus próprios professores. A análise de dados foi realizada a partir da comparação das concepções dos professores com os princípios norteadores da Avaliação da Experiência supracitados, que são Negociação, Acolhimento, Confiança, Compartilhamento, Proatividade, Crítico-Reflexivo, Emancipação e Ética (VIANA, 2014), e observamos que:

- O principal aspecto da **professora A** é a PROATIVIDADE porque ela utiliza os resultados da avaliação como uma forma de autoavaliar sua prática, buscando adaptar seu planejamento de aulas a como os alunos podem aprender de maneira mais eficaz. Dessa forma, há uma flexibilidade no planejamento. No momento que ela se autoavalia, “baseada no seu dia a dia”, então ela sai daquele planejamento pensado e experimenta o novo a partir de uma proatividade. Além disso, ela tem características do princípio CRÍTICO - REFLEXIVO porque afirma que usa como critério para a seleção dos instrumentos avaliativos, aquele que procure formar um aluno crítico, capaz de construir suas próprias opiniões. Por fim, a professora também apresenta aspectos do princípio da EMANCIPAÇÃO, pois um aluno crítico-reflexivo necessariamente tem possibilidades de se tornar um aluno autônomo e conseqüentemente emancipado, capaz de ser responsável pelas suas ideias e definições. No entanto, contraditoriamente, a professora afirmou que Avaliação é “comprovar o que o aluno aprendeu”, então ela se insere no “ritual de barganha” (VIANA, 2014), onde o aluno tem que reproduzir exatamente aquilo que o professor ensinou, e dessa forma ela encontra-se no sentido oposto ao princípio da Confiança.

- A **professora B** também tem como princípio central a PROATIVIDADE porque ela fundamenta sua prática avaliativa no cotidiano do aluno. Como esse cotidiano não é estático, ela está sempre repensando sua prática, seu planejamento também se torna bastante flexível e dessa forma, usa a proatividade para mudar o processo ou o caminho. Um segundo princípio é o do COMPARTILHAMENTO, pois ela não é uma professora centralizadora, aquela que decide por si só os processos avaliativos, tendo em vista que ela compartilha esse caminho através da autocorreção e da parceria com a família durante o processo avaliativo, ambos citados durante a entrevista. Quando ela utiliza a autocorreção, está necessariamente buscando a formação de um aluno autônomo. Sendo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

assim, temos o princípio da EMANCIPAÇÃO e, conseqüentemente, o CRÍTICO-REFLEXIVO, pois todo aluno autônomo que se torna emancipado desenvolve o papel crítico e reflexivo, capaz de solucionar seus próprios conflitos e construir suas próprias concepções.

- **Os professores C e D** tem uma perspectiva de avaliação mais tradicional, pois a ênfase deles é a checagem dos conteúdos e a verificação do comportamento do aluno que estão inteiramente voltadas para as práticas mais tradicionais de avaliação. Além disso, utilizam apenas dois instrumentos, os livros didáticos e provas escritas, que são, inclusive, obrigatórios por norma das instituições as quais lecionam. Muitas vezes, eles não revisam o conteúdo porque se baseiam apenas nas normas do sistema, afirmando que se o aluno apresentar interesse e os prazos institucionais estiverem em dia, eles podem fazer algumas revisões. Contudo, na maioria das vezes, eles dão continuidade às aulas, pois “trabalham com os conteúdos em cima de prazos”, fazendo da avaliação somente um objeto de medição. Além disso, eles centralizam todas as questões do ensino e da avaliação neles próprios. Sendo assim, não apresentam o princípio essencial para uma avaliação mais inovadora: a Proatividade. Conseqüentemente, não observamos nenhum outro princípio. Todavia, notamos uma pequena diferença entre as concepções dos professores em questão, pois apesar de trazer aspectos claramente tradicionais, a professora C incluiu em seu discurso que a finalidade da avaliação “é a busca pela compreensão do aluno como um todo” e também “ajuda a construir uma relação professor-aluno com base nas necessidades dos próprios alunos”, enquanto que o professor D apresentou apenas um discurso de “checagem dos objetivos da disciplina”.

- **O professor E**, por sua vez, acredita na formação de aluno CRÍTICO-REFLEXIVO a priori, ao utilizar vários instrumentos avaliativos em sua prática, buscando adequar-se ao contexto de cada um, e desenvolvendo, assim suas habilidades operatórias. Ele traz, também, o princípio da PROATIVIDADE por possuir um planejamento reflexivo, e não estático, ao refazer o processo de ensino-aprendizagem baseado nessa regulação dos instrumentos. Além disso, apresenta fortes características do princípio do ACOLHIMENTO porque leva em consideração, na sua prática diária, a opinião do aluno e respeita seus limites e possibilidades, ajustando-se a uma melhor maneira de ensinar e avaliar. Ao permitir que o aluno tenha essa participação durante sua prática, o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

professor está COMPARTILHANDO também a responsabilidade da prática avaliativa por inteiro. Por fim, também apresenta o princípio ÉTICO, pois ao tentar ajustar-se a melhor maneira de avaliar, viabiliza uma avaliação mais justa e com base no contexto que os alunos se encontram.

- **A professora F**, apesar de fazer uso de diversos instrumentos avaliativos e pertencer à mesma Instituição de Ensino do professor E, ainda está voltada para as mesmas perspectivas tradicionais dos professores C e D, pois fundamenta sua prática avaliativa em checagem e confirmação de conteúdos. Ela, assim como a professora A, afirma que através da avaliação o professor pode se auto-regular, entretanto a diferença entre a autoavaliação da professora A e da professora F dá-se ao fato de que a professora A se autoavalia para melhorar com o foco nos conteúdos que os alunos não assimilaram bem, ou seja, com foco no aluno e a professora F avalia-se como professora através métodos quantitativos, focando somente em seu exercício profissional e não em como os alunos podem reconstruir o processo de ensino-aprendizagem que não ficou bem trabalhado. Por conta disso, está mais voltada para uma abordagem mais tradicional da Avaliação.

Conclusão

Com base nos dados obtidos nessa pesquisa, observamos que apenas dois professores, dos seis entrevistados, não cursaram a disciplina de Avaliação durante sua formação inicial ou continuada, e, mesmo assim, já apresentam uma visão mais inovadora e acolhedora da prática avaliativa. Cinco, dos seis professores, defendem que a Avaliação não deve resumir-se à provas escritas, assumindo um caráter apenas somativo. Por isso, a maior parte das práticas avaliativas analisadas apresentaram fortes características da Avaliação da Experiência, que é de uma geração completamente emergente e atual. Apesar de nenhuma delas possuir o princípio da Confiança ou da Negociação, que reforçam a ideia de que o professor deve acordar com o aluno os caminhos que o processo avaliativo irá trilhar e transcender ao “ritual de barganha”, onde o aluno reproduz exatamente aquilo que o professor quer que ele construa, as práticas analisadas mostraram que: os professores trabalham de forma proativa, permitindo-se experimentar novos caminhos; compartilham as responsabilidades dos processos avaliativos com as famílias e os próprios alunos; visam formar pessoas autônomas e emancipadas, construindo junto ao aluno seu papel crítico e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

reflexivo; fazem uma prática avaliativa acolhedora, que respeita as opiniões e os limites dos alunos; e, por fim, se aproximam de uma Avaliação mais justa e ética, com o uso de vários instrumentos que possibilitem uma melhor adaptação do professor ao ritmo do aluno.

Percebemos, ainda, que novos caminhos para uma Avaliação mais inovadora tem as portas abertas, e ressaltamos a necessidade de uma melhor formação de professores em Avaliação para que, a cada dia, as práticas avaliativas possam contribuir significativamente para a formação moral, ética e intelectual do indivíduo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrageira.pdf>. Acesso em: 17. ago. 2015.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 08. set. 2015.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

KELLY, G. A. **A theory of personality: the psychology of personal constructs.** New York: W.W. Norton, 1963.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar aprendizagem?** Porto alegre: Artmed. Ano 3, n.12. fev.2000. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>>. Acesso em: 20. jul. 2015.

ROCHA, R. F. N. de B. **Avaliação Processual no Ensino de Língua Inglesa: Estudo de Prática Avaliativa em uma Escola de Inglês.** 2010. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, Porto Alegre, 2010.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de Avaliação e reformulação de currículo.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Referenciais Freireanos para a prática da avaliação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 25, p. 17-24, nov. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/90>>. Acesso em: 20. jul. 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VIANA, K. S. L. **Avaliação da Experiência:** uma perspectiva de Avaliação para o ensino das Ciências da Natureza. 2014. 212f. Tese (Doutorado em Ensino de Física e Química) – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, 2014.